

NOTA PÚBLICA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

O Conselho Universitário (CONSUN), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vem manifestar extremada preocupação com o agravamento da crise institucional, política e econômica no País e com as ameaças à ordem constitucional e aos direitos civis, políticos e sociais, além do processo de *impeachment* contra a titular da Presidência da República, deflagrado na Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Conquanto o *impeachment* seja instrumento integrante da institucionalidade brasileira, tem caráter absolutamente excepcional, e é cabível única e exclusivamente quando há provas incontestas de ato previsto como crime de responsabilidade, praticado dolosamente, pelo Chefe do Poder Executivo, não se pode usá-lo como arma a serviço de interesses político-partidários, como estratégia para abreviar mandato do governante por conta de insatisfação com suas decisões políticas e de julgamento político-parlamentar sustentado na distorção e na flexibilização dos prudentes e excepcionais requisitos que devem constitucionalmente caracterizar esse processo.

Causa estupefação que esse processo de julgamento seja conduzido por parlamentar que é réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes de corrupção e ocultação de recursos, e que teve o seu afastamento do comando da Câmara dos Deputados e do mandato pedido pelo Procurador-Geral da República ao STF; ademais, responde na Comissão de Ética daquela Casa Legislativa a pedido de cassação do mandato por corrupção.

De fato, é incompatível com o Estado Democrático de Direito, sob quaisquer argumentos, a produção e a divulgação seletiva de elementos de processos judiciais e policiais antes da conclusão dos mesmos, como também o é a utilização desses para, deliberadamente, interferir e aprofundar a crise política, ofendendo direitos individuais e abrindo trilhas para retrocessos no processo de consolidação da jovem democracia brasileira.

A destituição da Chefe do Poder Executivo, constitucionalmente eleita pelo sufrágio popular, e sua substituição, por meio de atalho antidemocrático, de quem não teve votos para isto, nestas circunstâncias,

consustancia traumático rompimento institucional e gravíssima ameaça à democracia brasileira, caracterizando-se golpe.

Por necessidade imediata, o CONSUN da Unifesspa clama:

- pela rigorosa apuração de todas as denúncias de corrupção, no cumprimento dos ritos pertinentes e conexos à legalidade, à impessoalidade, ao interesse público e ao equilíbrio entre os poderes;
- ao Congresso Nacional que, em respeito à legalidade e aos princípios constitucionais que garantem e sustentam a nossa jovem democracia, não adote interpretações canhestras e pseudo-jurídicas alimentadas por interesses escusos em substituição ao regramento constitucional que deve fundamentar qualquer processo de impedimento contrário à vontade popular;
- ao Supremo Tribunal Federal, enquanto última instância recursal da democracia brasileira, que não prospere nenhum tipo de inconstitucionalidade;
- à comunidade acadêmica internacional, notadamente a integrante do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, ao qual a Unifesspa é associada, que repudie veementemente ações atentatórias ao Estado Democrático de Direito e seus princípios; e
- à comunidade universitária, a unir-se, vigorosamente, em defesa do Estado Democrático de Direito, enfrentando e denunciando as medidas de exceção.

Marabá, Pará, 04 de abril de 2016.